

# É preciso cuidado com a recessão, diz Paulo Guedes.

JORNAL DA TARDE

MARONI J. DA SILVA

As mudanças de que o País precisa só serão implementadas se houver o engajamento da sociedade como um todo. Se a política recessiva for levada às últimas consequências, a sociedade não vai tolerar, o governo vai ter que ceder e com isto a inflação explode. A advertência é do economista Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC), que encerrou, ontem, no Rio, o terceiro Fórum Nacional de debate sobre o Brasil.

Ele defende uma nova reforma fiscal, com o apoio do Congresso Nacional, para que o Brasil tenha, em 1991, um superávit fiscal equivalente a 3% do PIB. Só assim, diz, o Banco Central conseguirá consolidar a nova política monetária e fechar um acordo com os credores externos.

**JT - Os participantes do Fórum levantaram dúvidas sobre se o Estado liberal resolverá os problemas do Brasil. Qual a sua opinião?**

**Guedes -** O que está acontecendo é uma reação natural. O Brasil viveu e moldou seu sistema econômico à sombra de uma ordem política fechada. Agora, numa ordem política mais aberta, emergiram as vísceras do modelo. Temos a pior distribuição de renda, pouquíssimos investimentos em saúde, habitação e educação. É evidente que depois do colapso de uma ordem econômica e política, prevalece a antítese. Então, onde havia o dirigismo, há a necessidade de uma economia de mercado,



Arquivo/AE

Levada às últimas consequências, diz Paulo Guedes, a política recessiva pode fazer o governo perder o apoio da sociedade.

com devolução das prerrogativas ao Congresso Nacional. Em lugar do Banco Central passivo, que financiava a hiperinflação, há a busca, hoje, de uma instituição ortodoxa, que garanta uma moeda forte. Está havendo, portanto, um discurso liberal que busca a antítese da fase anterior. Discurso liberal é saudável. Mas o Brasil não é simples. Temos uma população enorme de miseráveis. Precisamos imaginar um Estado que invista pesadamente em saúde, educação e habitação. Não se discute o fim do Estado, mas sua reorientação.

- Ao invés do isolamento, o presidente não deveria se engajar mais neste processo?

- De um lado, o presidente é muito determinado em romper

com o passado, implodir a ordem econômica e social que estava aí e tentar construir algo novo. Mas por outro lado, é evidente que ele tem que ter a maturidade de entender que isto só é feito com a participação da sociedade com um todo. No primeiro momento, legitimado por 40 milhões de votos, ele lançou o programa de estabilização. Mas daqui para frente, ele vai ter que trabalhar junto com o Congresso Nacional. Então, sob este ponto de vista, está faltando diálogo. Mas é compreensível porque como as eleições estavam próximas, haveria renovação do Congresso. Daqui para frente nenhum plano poderá ser feito como o Plano Collor.

- O senhor acredita na hipótese

de que a inflação vá desabar?

- Eu acredito que o Congresso pode ajudar muito nesta hipótese. O governo tem um calcanhar de Aquiles, que é o programa fiscal. Para que o Banco Central possa consolidar uma moeda forte, com um novo regime monetário, que a inflação caia e os juros baixem vai ser necessário um forte ajuste fiscal, com a ajuda do Congresso. Aí será possível renegociar a dívida.

- Onde há espaço para mais um ajuste fiscal?

- O governo terá que encolher. Possivelmente vamos ter que alterar a Constituição, como a impossibilidade de demitir funcionários.

- A política monetária sozinha resolve a questão da inflação?

- Se você tentar consolidar este quadro só com a política monetária, o prejuízo e o custo serão tão brutais que a sociedade diminuirá o grau de tolerância. Em segundo lugar, a inflação retorna porque o Banco Central vai ter que ceder. Então nós achamos necessário que haja uma reforma fiscal. O governo vai ter que trabalhar não com um déficit estrutural de 3% do PIB e sim com um superávit em torno de 3% para 1991. Isto permitirá que o Banco Central consolide sua política monetária e possibilitará a renegociação da dívida externa. Se isto for feito, os trabalhadores e empresários, percebendo o quadro de austeridade monetária, vão renegociar uma política de rendas. Eles vão chegar a conclusão de que é preciso fazer alguma coisa para interromper a alta dos preços.